



TRABALHADORES VÃO À LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA DA ELETROBRAS

A direção da Eletrobras decidiu, em Assembleia Geral Extraordinária, não renovar as concessões das seis distribuidoras federalizadas dos estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí, e vender o controle societário das empresas. Tal decisão mostra o total descompromisso da gestão da Holding e do governo Golpista com empresas que são estratégicas para o país. Para os trabalhadores um verdadeiro crime de lesa pátria e que será combatido com todo rigor.

O processo de deterioração destas empresas foi uma estratégia feita em longo prazo, desde o término do Governo Lula, quando uma série de mudanças na gestão das empresas distribuidoras contribuiu para o cenário atual. O chamado pacto de governabilidade colocou nas mãos de políticos uma série de privilégios. A farra de nomeações foi intensa, nomes sem qualquer qualificação ou compromisso com as distribuidoras ficaram a frente de cargos estratégicos. Portanto, os trabalhadores não podem pagar pelos erros cometidos, já que sempre se empenharam para contribuir com o fortalecimento das distribuidoras.

O então Governo eleito pouco se sensibilizou, mesmo diante da pressão dos trabalha-

dores e das entidades sindicais que alertavam para os desmandos e a falta de uma gestão competente e com transparência. Os poucos recursos, investimentos e as constantes intervenções nas direções das distribuidoras, com a criação de gerências para acomodar aliados, aprofundaram a crise. A nomeação de Eduardo Braga, um privatista confesso, mostrou a falta de critério para recuperar a capacidade das distribuidoras.

O Governo Golpista encontrou o cenário perfeito para privatizar as empresas, e diante da oportunidade não hesitou em rapidamente retomar um processo que havia sido interrompido com a eleição de Lula, que é a privatização do setor elétrico brasileiro. O ponto de partida atual são as distribuidoras da Eletrobras, mas amanhã deverão ser as distribuidoras estaduais, a transmissão e a geração.

Cabe aos trabalhadores, a FNU, a CNU, às entidades sindicais filiadas e os movimentos sociais alinhados a um projeto estatal de controle da energia, irem à luta. Buscar em todas as frentes, parlamentar, jurídica, e acima de tudo muita mobilização para barrar a venda das distribuidoras de energia do Sistema Eletrobras.